

ShopFácil Soluções em Comércio Eletrônico S.A.

CNPJ 14.370.342/0001-08
Sede: Núcleo Cidade de Deus - Prédio Cinza - 1º Andar - Sala 2 - Vila Yara - Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da ShopFácil Soluções em Comércio Eletrônico S.A., relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia registrou Lucro Líquido do Exercício de R\$ 4.830 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 8.522 mil e Ativos Totais

de R\$ 17.644 mil. A Assembleia deliberará quanto a parcela do lucro líquido que será retida para preservação e manutenção do capital social. A política de dividendos da Companhia assegura o dividendo mínimo de 1% do lucro líquido aos acionistas, conforme previsto em seu estatuto social. Colocamos-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Osasco, SP, 1º de fevereiro de 2017.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais		
ATIVO	2016	2015
CIRCULANTE	15.042	6.217
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	10.153	1.422
Contas a Receber (Nota 6)	3.666	4.132
Outros Créditos (Nota 7)	1.223	663
NÃO CIRCULANTE	2.602	971
Realizável a Longo Prazo	103	-
Outros Créditos (Nota 7)	103	-
Imobilizado de Uso (Nota 8)	3	4
Imobilizações de Uso	30	30
Depreciação Acumulada	(27)	(26)
Intangível (Nota 9)	2.496	967
Ativos Intangíveis	2.961	972
Amortização Acumulada	(465)	(5)
TOTAL	17.644	7.188

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais				
Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31.12.2014	2.001	80	1.492	3.573
Lucro Líquido do Exercício	-	-	167	167
Destinações: - Reservas	-	8	(165)	-
- Dividendos	-	-	(2)	(2)
Saldos em 31.12.2015	2.001	88	1.649	3.738
Lucro Líquido do Exercício	-	-	4.830	4.830
Destinações: - Reservas	-	241	(4.784)	-
- Dividendos Propostos	-	-	(46)	(46)
Saldos em 31.12.2016	2.001	329	6.192	8.522

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais		
	2016	2015
RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS (Nota 14)	35.232	16.943
Impostos e Contribuições sobre Serviços (Nota 18)	(4.666)	(2.140)
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS	30.566	14.803
RECEITAS OPERACIONAIS	1.472	499
Receitas Financeiras (Nota 15)	842	263
Outras Receitas Operacionais (Nota 15)	630	236
DESPESAS OPERACIONAIS	24.770	14.937
Despesas de Pessoal (Nota 16)	4.652	4.138
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 17)	19.687	10.467
Despesas Tributárias (Nota 18)	56	11
Outras Despesas Operacionais	375	321
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	7.268	365
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 19a)	(2.438)	(198)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	4.830	167
Número de Ações	2.632.579	2.632.579
Lucro Líquido por ação em R\$	1,83	0,06

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais				
Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31.12.2014	2.001	80	1.492	3.573
Lucro Líquido do Exercício	-	-	167	167
Destinações: - Reservas	-	8	(165)	-
- Dividendos	-	-	(2)	(2)
Saldos em 31.12.2015	2.001	88	1.649	3.738
Lucro Líquido do Exercício	-	-	4.830	4.830
Destinações: - Reservas	-	241	(4.784)	-
- Dividendos Propostos	-	-	(46)	(46)
Saldos em 31.12.2016	2.001	329	6.192	8.522

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais		
	2016	2015
Lucro Líquido	4.830	167
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Total do Resultado Abrangente	4.830	167

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais				
	2016	2015		
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:				
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	7.268	365		
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	461	13		
Depreciação e Amortização	461	13		
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	7.729	378		
(Aumento)/Redução em Contas a Receber	466	(1.308)		
(Aumento)/Redução em Outros Créditos	(728)	(231)		
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	5.306	1.813		
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(2.051)	(191)		
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	10.722	461		
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:				
Aquisição de Intangível	(1.989)	(410)		
Aquisição de imobilizado	-	(3)		
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	(1.989)	(413)		
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:				
Dividendos Pagos	(2)	(5)		
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	(2)	(5)		
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	8.731	43		
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Exercício	1.422	1.379		
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Exercício	10.153	1.422		
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	8.731	43		

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A ShopFácil Soluções em Comércio Eletrônico S.A. é uma Companhia que tem por objetivo desenvolver atividades próprias para intermediação, assessoria, administração na venda de produtos, serviços e de negócios em geral realizados por meio de soluções relacionadas ao comércio eletrônico e aos meios de pagamento eletrônico. A ShopFácil Soluções em Comércio Eletrônico S.A. é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis serão analisadas neste contexto. A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 1º de fevereiro de 2017.

2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valores e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

2.2) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se de uma moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de reais.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimentos financeiros, que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro.

2.4) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

2.5) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

2.6) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades ou exercidos com esta finalidade inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da Companhia.

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil - econômica dos bens. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

2.7) Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados no decorrer do período estimado do benefício econômico. Composto por softwares são registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustados por redução ao valor recuperável - impairment, quando aplicável.

2.8) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais-fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações; e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas;
- Obrigações Legais: Provisão para Riscos Fiscais decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

2.9) Patrimônio líquido

a) Lucro por ação
A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano.

b) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos para acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia.

2.10) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

2.11) Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem rendas sobre fundos de investimentos financeiros e demais ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

2.12) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%, quando aplicável. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A despesa com imposto de renda é constituída do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício e do imposto diferido proveniente de ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração do resultado.

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

As modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e alterações posteriores, foram contempladas fiscalmente pelo novo regime de tributação vigente instituído pela Lei nº 12.973/14.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, bem como a origem e previsão de realização dos créditos tributários estão apresentados na Nota 19.

2.13) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base pro rata dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base pro rata dia).

3) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos julgamentos.

4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Nas Demonstrações Contábeis foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.

Determinados ativos estão sujeitos à revisão de perda ao valor recuperável (impairment). As despesas com perda ao valor recuperável são registradas quando existem evidências claras de perda ao valor recuperável, ou de não-recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação do que constitui perda ao valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
Disponibilidades em moeda nacional (1)	63	273
Fundos de investimento financeiros (2)	10.090	1.149
Total de caixa e equivalentes de caixa	10.153	1.422

(1) Refere-se a depósito bancário à vista; e

(2) Refere-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, (composto por Letras Financeiras do Tesouro e Operações Compro-missadas), exclusivos a integrantes da Organização Bradesco ou companhias a ele ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Banco Bradesco S.A.

6) SERVIÇOS PRESTADOS A RECEBER

	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
Serviços prestados a receber (1)	3.666	4.132
Total	3.666	4.132

(1) Refere-se basicamente a valores a receber decorrentes das intermediações nas Vendas R\$ 813 (2015 - R\$ 1.852), intermediações nos Pagamentos R\$ 645 (2015 - R\$ 2.185), Manutenção de Fidelidade R\$ 74 (2015 - R\$ 93), Publicidades e Propagandas R\$ 2.119 (2015 - R\$ 2) e na Receita de Agenciamento R\$ 15.

	Em 31 de dezembro					
	A vencer	Vencidos até 30 dias	Vencidos de 31 a 60 dias	Vencidos de 61 a 90 dias	Acima de 91 dias	Total
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Publicidades e propagandas	2.119	-	-	-	-	2.119
Intermediações de vendas	689	38	1	1	84	1.852
Intermediações nos pagamentos	416	5	49	26	149	645
Manutenção de fidelidade	18	18	19	19	74	93
Receita de agenciamento	15	-	-	-	15	9
Total em 2016	3.257	61	69	46	233	3.666

7) OUTROS CRÉDITOS

	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
Impostos e contribuições a compensar	1.177	456
Créditos tributários (Nota 19c)	123	188
Adiantamentos e antecipações salariais	18	19
Devedores diversos - País	10	5
Total	1.326	663

	Em 31 de dezembro	
	% Anual	Custo
Equipamentos em uso	20	30
Total	30	(27)

9) INTANGÍVEL

Os valores registrados no intangível referem-se a softwares em uso.

	Em 31 de dezembro	
	% Anual	Custo
Software em uso	20	2.961
Total	2.961	(465)

Movimentações do Intangível

	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
Saldo em 31.12.2015	2.632.579	2.632.579
Entradas	-	972
Saldo em 31.12.2016	2.632.579	2.961

10) FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
Impostos e contribuições a recolher	866	453

ShopFácil Soluções em Comércio Eletrônico S.A.

CNPJ 14.370.342/0001-08

Sede: Núcleo Cidade de Deus - Prédio Cinza - 1º Andar - Sala 2 - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

19) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
Resultado antes dos tributos (imposto de renda e contribuição social)	7.268	365
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(2.471)	(124)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(45)	(104)
Outros (Incentivos fiscais e efeito do adicional de IR 10%).....	78	30
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(2.438)	(198)

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
Impostos diferidos:		
Constituição/realização, no exercício, sobre adições temporárias	(65)	42
Impostos corrente:		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(2.373)	(240)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(2.438)	(198)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

O valor do crédito tributário no montante de R\$ 123 (2015 - R\$ 188), refere-se a Imposto de Renda no montante de R\$ 90 (2015 - R\$ 138), Contribuição Social no montante de R\$ 33 (2015 - R\$ 50), com expectativa de realização em até 4 anos. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, praticada pela Organização Bradesco, líquida dos efeitos tributários, no montante de R\$ 116 (2015 - R\$ 178).

d) Tributos a compensar ou recuperar

Referem-se a impostos de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras, impostos retidos sobre prestação de serviços (IR, CS, PIS e COFINS) e impostos a compensar de IRPJ e CSLL de períodos anteriores, no montante de R\$ 1.177 (2015 - R\$ 456).

20) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Em 31 de dezembro			
	2016		2015	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Caixa e equivalentes de caixa:				
Banco Bradesco S.A.	63	-	273	-
Dividendos a pagar:				
Banco Bradesco Cartões S.A.	(37)	-	(1)	-
Scopus Soluções em TI.....	(9)	-	(1)	-
Valores a pagar:				
Scopus Soluções em TI.....	(316)	(4.303)	(354)	(3.755)

21) OUTRAS INFORMAÇÕES

- Nos exercícios 2016 e 2015, a Companhia não possuía operações com Instrumentos Financeiros Derivativos.
- Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não há processos com riscos fiscais e trabalhistas avaliados como perda possíveis ou prováveis; e
- Não houve eventos subsequentes que requeriam ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2016.

A DIRETORIA

Marcelo da Silva Rego - Contador - CRC - 1SP301478/O-1

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores da

ShopFácil Soluções em Comércio Eletrônico S.A.

Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da ShopFácil Soluções em Comércio Eletrônico S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como, as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ShopFácil Soluções em Comércio Eletrônico S.A., em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
 - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
 - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 13 de abril de 2017



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F-SP

Carlos Augusto de Freitas Torres
Contador CRC 1SP262958/O-0